

Educação e Matemática (EM): O que se entende por Gestão Flexível do Currículo?

Paulo Abrantes (PA): É um projecto cujo principal objectivo é questionar e repensar o que é o currículo e qual é o papel da escola e dos professores na sua gestão. Ou seja, dizendo de outra maneira: tradicionalmente, o currículo é identificado com um plano de estudos, com um conjunto de disciplinas e componentes que os alunos vão fazendo por uma certa ordem, com uma certa carga horária, com uma certa estrutura. No nosso sistema de ensino, que é tradicionalmente bastante rígido e centralizado, as coisas são completadas através de programas das diferentes disciplinas, mais do que os programas até os manuais. Portanto, as coisas assumem um carácter nacional, supostamente normativo, bastante igual para todos. As ideias que há hoje na educação, a experiência, a investigação educacional têm mostrado que isso não é assim, que o currículo — mesmo num país em que há um currículo nacional — pode ser interpretado como um conjunto de aprendizagens consideradas necessárias e que os alunos devem fazer, mas formuladas de uma maneira que permita às escolas e aos professores assumir a responsabilidade de encontrar as estratégias que são mais

Gestão Flexível do Currículo: que desafios se colocam?

No ano lectivo de 97/98, algumas escolas aderiram ao projecto de Gestão Flexível do Currículo. Que caminho se percorreu desde então? Qual o balanço destes anos? Como é que este projecto se articula com a nova Reorganização Curricular do Ensino Básico? Como certamente estas são questões que interessam a todos os professores, a redacção considerou importante entrevistar Paulo Abrantes, na sua qualidade de director do Ensino Básico.

adequadas para que os seus alunos, naqueles ambientes, com os recursos que têm, aprendam. Portanto, seria natural que a própria noção de currículo incorporasse a procura de respostas que são naturalmente diferentes umas das outras. Por outro lado, o nosso sistema tem sido um sistema em que, quando há dificuldades de concretização do chamado currículo nacional, se “arranjam”, por um lado, esquemas de apoio individualizados para os alunos que têm dificuldades em seguir aquela maneira uniforme, por outro lado, a nível de turmas, criam-se currículos alternativos. O que acontece é que devíamos ter um sistema em que a grande maioria, eu não digo todas, mas digo a esmagadora maioria dos problemas de aprendizagem deviam ser considerados como alguma coisa que é normal no próprio processo de ensino-aprendizagem e que, portanto, deviam encontrar-se respostas diversas e adequadas no quadro do currículo nacional, sem que houvesse qualquer sentimento de que as pessoas não estavam a cumprir o currículo. Isto significa admitir uma gestão muito mais flexível do que tem sido norma, sem prejuízo de haver situações muito especiais — no caso, por exemplo, de alunos claramente em risco de abandono da escola — em que são necessárias medidas diferentes. Desde que se garantisse um conjunto de aprendizagens, digamos, de competências consideradas fundamentais, nas várias áreas, e tipos de experiências que deviam ser proporcionados a todos os alunos, acho que a escola devia ter toda a liberdade de organizar a gestão do currículo da maneira que entendesse

adequada, eventualmente, fazendo o desenvolvimento de algumas disciplinas em conjunto, alterando as cargas horárias, compensando de um ano para o outro se for considerado mais conveniente, ligando umas áreas com outras. As escolas deviam ter uma margem de decisão muito grande, que pudesse responder à diversidade de situações que têm.

EM: E como se consegue essa flexibilidade com o actual sistema rígido que temos nas nossas escolas?

PA: Nós temos dito (e neste documento que está na Internet para discussão que se chama “Proposta de Reorganização Curricular do Ensino Básico” fala-se nisto) que há um elemento fundamental que é dar o devido relevo a órgãos de gestão pedagógica das escolas, que existem mas que não têm tido o papel que precisam de ter. Eu estou a falar sobretudo dos Conselhos de Turma e do papel do Director de Turma. O elemento mais determinante para o sucesso de um projecto de gestão flexível do currículo é talvez a valorização do papel e o funcionamento efectivo do Conselho de Turma e do Director de Turma (como coordenador desse Conselho). Para pormos em prática os princípios fundamentais da Gestão Flexível do Currículo deve haver um plano de trabalho colectivo, que é assumido pelos vários professores que trabalham com aqueles alunos e que constitui aquilo a que “pomposamente” se chama um “Projecto Curricular da Turma”. O nome não é muito importante mas a ideia fundamental é esta.

EM: Mas isso não é uma carga demasiado grande para o Director de

Turma?

PA: Neste quadro, realmente, o Director de Turma tem um papel central, ele é o coordenador deste projecto. Agora, as coisas podem ser organizadas de maneira a que o Director de Turma tenha, de facto, algum apoio e algumas condições. Há dois ou três elementos que são ideias centrais: uma delas é a ideia de que os alunos, do tempo que estão na escola, praticamente a totalidade é em aulas das várias disciplinas. É evidente que as aulas são importantes mas neste projecto assumiu-se que o currículo tinha um conjunto de componentes que não se esgotava nas aulas das várias disciplinas e que devia haver alguns espaços curriculares obrigatórios que não eram necessariamente essas aulas... E foi daí que surgiu a ideia de incorporar no currículo a Área de Projecto, a área do Estudo Acompanhado e a área que se tem chamado Educação para a Cidadania. A responsabilidade dessas áreas é atribuída a dois professores do Conselho de Turma, portanto, do conjunto de professores que essas turmas já teriam nas outras disciplinas, enquanto a Educação para a Cidadania é da responsabilidade do Director de Turma. E eu espero que isso ajude a envolver mais professores da turma em aspectos do currículo que são no fundo transversais às várias disciplinas. Julgo que é desejável que os professores responsáveis pela Área de Projecto ou pelo Estudo Acompanhado, sejam de áreas diferentes e que possam até, de um ano para o outro, ser de disciplinas diferentes, como uma forma de envolver, senão todos, uma grande maioria de professores da turma ao longo de um ciclo na gestão dos aspectos transversais e interdisciplinares mais evidentes.

EM: *Quantas escolas neste momento têm projectos de Gestão Flexível do Currículo?*

PA: O projecto começou em 97/98 com 10 escolas, depois em 98/99 foram 33 escolas, e em 1999/2000 foram 93... e este ano serão cerca de 180.

EM: *Este não é um projecto para combater o insucesso, é uma maneira diferente das escolas funcionarem...*

PA: Claro que todas as ideias novas que se põem em prática no ensino são para combater o insucesso, num certo sentido, mas o projecto não é especificamente dirigido, como no

1º ciclo

Educação para a cidadania	Actividades Curriculares disciplinares		
	Língua Portuguesa	Expressões - artísticas - físico-motoras	
	Matemática		
	Estudo do Meio		
Form. Pessoal e Social	Áreas Curriculares não disciplinares ^a		
	Área de Projecto	Estudo Acompanhado	Formação Cívica
	Total: 25 horas		
	Ed. Moral e Religiosa ^b	Actividades de enriquecimento ^c	

^a Estas áreas devem ser desenvolvidas em articulação entre si e com as áreas disciplinares, incluindo uma componente de trabalho dos alunos com as tecnologias da informação e da comunicação, e constando explicitamente do projecto curricular da turma

^b Área de frequência facultativa

^c Actividade de carácter facultativo, incluindo um possível primeiro contacto com uma língua estrangeira

Quadro anexo à proposta de futuro Decreto-lei sobre o currículo do ensino básico, preparada pelo Ministério da Educação, referente ao 1º ciclo.

caso dos currículos alternativos, a alunos que estão em risco de abandono. Este projecto é tendencialmente para todos alunos. Porquê? Porque, como eu disse, este projecto lida sobretudo com a ideia de currículo e todos os seus elementos fundamentais, são coisas que têm a ver com todos os alunos, têm a ver sobretudo com uma nova maneira de entender o que é o currículo, com uma forma flexível de o gerir. Mesmo estas áreas novas fazem sentido para todos os alunos! É evidente que eles não têm é que fazer todos a mesma coisa, quer dizer, julgo que é impensável argumentar que, por exemplo, a Área de Projecto é só para os alunos melhores ou que o Estudo Acompanhado seja só para os mais fracos... O Estudo Acompanhado, por exemplo, tem sobretudo a ver com a ideia de desenvolver a autonomia no estudo e a capacidade de organização, investigação e pesquisa dos alunos. Isto faz sentido para todos os alunos. Obviamente, que aquilo que se faz com os alunos e com as turmas depende da idade deles, do grau de autonomia que eles já têm, etc.

EM: *E a nível de gestão das aulas, as escolas têm hipótese de alterar o tempo das aulas e o número de horas de determinadas disciplinas...*

PA: O projecto começou com a ideia, que ainda se mantém, que os alunos deviam ter um trabalho escolar obrigatório que incorporasse, de facto, várias componentes mas que, por outro lado, em termos do que é o currículo obrigatório, não representasse uma carga horária excessiva. Porque um dos problemas que existe no nosso currículo, hoje em dia, para além daqueles que já referi de nature-

za mais conceptual, é que os alunos têm muitas horas de aulas, muitas disciplinas e muitos professores em cada dia e isto representa, por exemplo, na transição do primeiro para o segundo ciclo um problema evidente. Nós sabemos que este problema tem razões históricas, o nosso 2º ciclo vem... dos liceus e das escolas técnicas, isto é, de um ensino que durante muito tempo não foi pensado para todos. O que este projecto permite é que a escola tenha liberdade para, não ultrapassando uma referência máxima global, organizar os tempos lectivos da maneira que achar mais adequado, havendo uma recomendação (note que não é uma obrigatoriedade) para que uma parte desses tempos lectivos corresponda a períodos de trabalho mais prolongados em cada uma das disciplinas, para que não só os alunos tenham menos disciplinas em cada dia, mas sobretudo para que seja possível fazer em cada uma delas um trabalho mais variado... mais prático, mais experimental, mais trabalho de grupo, menos aulas expositivas. Isto no fundo, acho eu, que vai de encontro àquilo que muitos professores, em muitas disciplinas, já tentam fazer ou mesmo já fazem, juntando tempos lectivos.

EM: *Algo que parece fundamental para auxiliar o trabalho dos professores é a definição das competências fundamentais. O que é que já está feito em termos de Matemática e também em relação às outras disciplinas?*

PA: Realmente, num quadro de maior flexibilidade mas em que há um currículo nacional é importante que seja definido o que é que é considera-

do essencial em cada ciclo, para que essa gestão tenha de facto referências nacionais. O que existe neste momento é uma versão ainda provisória dessas competências essenciais no ensino básico, no Português e na Matemática. Eu digo ainda provisória porque foram recebidas muitas críticas e sugestões de trabalho e esses documentos vão dar origem ainda a uma nova versão. Em relação às outras disciplinas, posso dizer que nas Ciências e na História esse documento já existe e pode ser consultado na Internet na página do DEB, e que a muito curto prazo, estarão os restantes. Durante este ano lectivo, temos que realizar um trabalho de recolha de opiniões para melhorar essas primeiras versões e, depois, de harmonização entre as diferentes disciplinas.

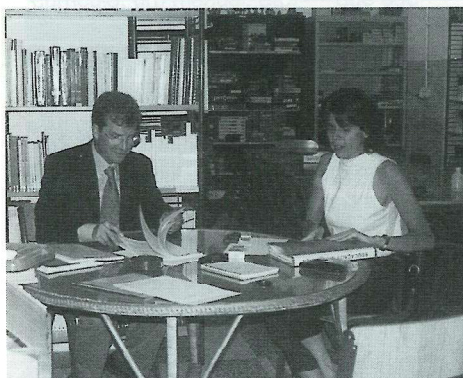
EM: Porque é que se optou, novamente, por introduzir uma segunda língua estrangeira obrigatória no 3º ciclo?

PA: Esse assunto é muito polémico. A decisão de haver uma segunda língua obrigatória para todos no Ensino Básico é uma decisão de política educativa geral, agora, a minha opinião é que a situação actual é indefensável. Desde a última reforma curricular os alunos escolhem entre a segunda língua estrangeira, a Educação Tecnológica e a Educação Musical, apenas uma dessas três. O que acontece é que, dez anos depois, verificamos que essa escolha é eminentemente uma escolha social, quer dizer, os alunos considerados mais fracos ou de meios mais desfavorecidos são os que tendem a escolher Educação Tecnológica, e a Educação Musical está sujeita até à pouca oferta das escolas. Além disso, cada vez mais alunos escolhem a segunda língua estrangeira até porque, para além de evitarem a tal discriminação, o nosso sistema obriga a ter uma segunda língua estrangeira no secundário, caso não tenham tido no básico, e isso significa sobrecarregar o seu currículo no secundário.

EM: No contacto com as escolas, que tipo de dificuldades os professores apontam na consecução dos seus projectos?

PA: Eu acho que as dificuldades maiores são, por um lado, nas novas áreas — o Estudo Acompanhado, a Área de Projecto e a Educação para a Cidadania — embora curiosamente seja também onde aparecem os

aspectos mais inovadores. Por outro lado, para não ultrapassar a carga horária global, os alunos realmente precisam de ter no conjunto menos horas de aulas das várias disciplinas e a dificuldade está em organizar isso de maneira a que não signifique menos aprendizagem, ou seja, nós realmente advogamos que eles tenham menos horas de aula mas não menos trabalho na escola, nem menos contacto com as diversas disciplinas. Eu não concebo que o Estudo Acompanhado ou a Área de Projecto não envolvam a Matemática, por exemplo, mas não é habitual nem é fácil pensar que a Matemática que os alunos aprendem, aprendem nas aulas, aprendem noutros espaços curricula-



res, no Estudo Acompanhado, nos projectos interdisciplinares, etc.. E quem diz a Matemática, diz a História, a Geografia, o Português ou as Ciências. Uma outra dificuldade que muitas escolas apontam é que isto requer muito trabalho colectivo entre os professores. E aí há dois problemas: não há muito hábito de se fazer isso e, por outro lado, em algumas escolas (sobretudo nas muito superlotadas) há realmente dificuldades de encontrar espaços físicos e horas para este trabalho.

EM: Mas o projecto da gestão flexível tem horas destinadas a reuniões entre professores?

PA: Não. Este projecto foi baseado na ideia de que, ao contrário dos currículos alternativos ou de outros projectos, não devia haver desse ponto de vista condições muito especiais que fossem irrealistas em termos depois do país todo. Agora, claro que as escolas organizam isto de maneiras muito diferentes e, por exemplo, quando fazem uma organização da carga horária dos alunos muito diferente também conseguem economizar tempo.

EM: Em relação à avaliação dos

projectos, que avaliação é que tem sido feita? As escolas fazem um relatório final de cada ano?

PA: Fazem, fazem... As escolas fazem um relatório anual, com base nesse relatório são feitos balanços a nível regional e depois nacional. Existem relatórios nacionais, do desenvolvimento deste projecto, de cada um dos anos lectivos. Do último ainda não está feito porque ainda estamos a recolher os dados. Os dados recolhidos este ano são bastante mais numerosos e eu espero que dêem origem a um relatório muito mais pormenorizado, sobre, exactamente, onde se encontraram as maiores dificuldades.

Para além disso ainda, há um processo de avaliação externa deste projecto. Há uma equipa de investigadores, coordenada pela professora Luísa Alonso, da Universidade do Minho, a quem, com base em todos os dados que existem e são postos à sua disposição e noutros que a própria equipa vai recolher numa amostra de escolas, foram pedidas duas coisas: uma delas é um parecer já a sair neste próximo trimestre sobre o modelo de desenvolvimento curricular que está implícito neste projecto; a outra é, no final deste ano lectivo, um relatório sobre o desenvolvimento do projecto baseado já em dados empíricos de como é que ele foi realizado nas escolas, de onde saíam os pontos fortes e fracos que o projecto tem tido, que recomendações para o futuro, etc..

EM: E são já conhecidos alguns desses pontos fortes e fracos?

PA: Sem ter a pretensão de os pôr de maneira sistemática, um dos pontos fortes tem sido, de facto, a incorporação das novas áreas, o papel de um espaço curricular obrigatório como por exemplo o Estudo Acompanhado, no sentido de contribuir para o desenvolvimento da organização dos alunos, da autonomia, da capacidade de consultarem coisas, julgo que há muitos dados interessantes em muitas escolas neste domínio. Na Área de Projecto, nos casos em que realmente tem funcionado bem, julgo que há também um avanço, porque relativamente por exemplo à Área-Escola da actual estrutura curricular, há diferenças fundamentais, uma delas é que há horas no horário dos alunos e dos professores para o trabalho nessa área e, por outro lado, há uma responsabilização de dois profes-

2º ciclo

		Carga horária semanal (x 90 min.) ^a		
Componentes do currículo		5º ano	6º ano	Total ciclo
Educação para a cidadania	Áreas curriculares disciplinares			
	<i>Línguas e Estudos Sociais</i>	5	5,5	10,5
	Língua Portuguesa			
	Língua Estrangeira			
	História e Geografia de Portugal			
	<i>Matemática e Ciências</i>	3,5	3,5	7
	Matemática			
	Ciências da Natureza			
	<i>Educação Artística e Tecnológica</i>	3	3	6
	Educação Visual e Tecnológica			
Educação Musical				
<i>Educação Física</i>	1,5	1,5	3	
Formação Pessoal e Social	Áreas Curriculares não disciplinares ^b	3	2,5	5,5
	Área de Projecto			
	Estudo Acompanhado			
	Formação Cívica			
	total	16	16	32
	a decidir pela escola	0,5	0,5	1
	Ed. Moral e Religiosa ^c	0,5	0,5	1
	Máximo global	17	17	34
	Actividades de enriquecimento ^d			

^a A carga horária semanal está organizada em períodos de 90 minutos, assumindo a sua distribuição por anos de escolaridade um carácter indicativo.

Em situações justificadas, a escola poderá propor uma diferente organização da carga horária semanal dos alunos, devendo contudo respeitar os totais por áreas curriculares e ciclo, assim como o máximo global indicado para cada ano de escolaridade.

^b como nota ^a do primeiro ciclo

^c Área de frequência facultativa

^d Actividade de carácter facultativo.

Quadro anexo à proposta de futuro Decreto-lei sobre o currículo do ensino básico, preparada pelo Ministério da Educação, referente ao 2º ciclo.

res. Outro dado positivo que pode ser antecipado é que, pelo menos no 2º ciclo, em muitas escolas, registou-se um trabalho mais colectivo dos professores ao nível do Conselho de Turma. Por exemplo, há escolas que decidiram diminuir o número de professores que os alunos têm, uma vez que os professores no 2º ciclo pertencem a grupos que são pluridisciplinares.

No 3º ciclo há também dados mas há menos, porque este projecto foi muito mais agarrado pelas escolas ao nível do 2º ciclo, do que foi pelo 3º. Só agora aos poucos é que há mais escolas, inclusivem escolas secundárias, que comecem a aderir no 3º ciclo.

EM: E quando é que se prevê que a Gestão Flexível do Currículo possa ser alargada a todo o país?

O processo clássico de fazer reformas curriculares em Portugal (e noutros países embora agora se comece a pôr em causa) tem consistido sempre em planear uma estrutura

curricular nova, com programas novos, depois experimentá-los em algumas escolas, daí tirar conclusões, e depois generalizá-lo a todo o país. Mas este processo hoje em dia, a mim, parece-me bastante desadequado porque a experiência dos últimos anos mostrou (e há muitos dados da experiência e da investigação que tem sido feita) que quando nós fazemos uma generalização deste tipo, a partir de uma experimentação em escolas-piloto, a generalização é feita em condições muito diferentes daquelas em que a experiência decorreu e numa época diferente e num contexto diferente. O desenvolvimento curricular tem que ser um processo muito mais gradual, de ajustamento, reflexão, de ver o que é que está a acontecer e ir fazendo ajustamentos nas orientações curriculares, muito mais do que marcado por períodos de rupturas: "agora estes programas vão para o lixo, vamos fazer programas inteiramente novos, começamos tudo outra vez, agora vamos ensinar como é que se faz com

os novos programas, etc." Assim o processo realmente não funciona.

Portanto, não se pode falar propriamente de uma generalização da Gestão Flexível num dado momento. O que vai acontecer é que haverá, dentro de um ano para os dois primeiros ciclos, e daqui a dois anos para o terceiro ciclo, uma nova estrutura curricular a que chamamos reorganização curricular e que pensamos poder favorecer o desenvolvimento dessa gestão flexível.

EM: Penso que o que está previsto quanto a esta reorganização curricular é que algumas disciplinas terão os mesmos programas mas para outras serão feitos programas novos...

PA: Exactamente a razão por que se chamou reorganização curricular e não reforma curricular foi para sublinhar que se trata sobretudo de ver o currículo e a gestão do currículo de uma maneira diferente, muito mais do que pôr a ênfase, como tradicionalmente se tem feito, nas alterações dos programas. Isto sem prejuízo dos programas precisarem de evoluir, como é evidente, mas não me parece que seja essa a questão principal. Aliás antes de falar na questão da mudança dos programas, gostava de deixar isso claro — porque isto tem sido muitas vezes discutido em público, dizendo-se que é uma reforma mas com outro nome — se nós chamamos reforma curricular aquilo que tem sido o paradigma das reformas curriculares, então isto realmente não é bem uma reforma curricular, mas isso não quer dizer que seja menos. Quase se podia dizer que isto é, ao mesmo tempo, menos e mais que uma reforma curricular. Menos, no sentido em que não se baseia na ideia de que vamos mudar os programas todos. Mais, no sentido em que, embora num processo mais lento do que normalmente se imagina quando há reformas, a médio/longo prazo pode ter implicações muito maiores na evolução do currículo. Portanto, o facto de se chamar reorganização curricular não diminui nada o alcance deste tipo de iniciativa. Em relação aos programas, realmente, numa primeira fase não haverá alterações, o que não quer dizer que mais lá para a frente não haja, quando até esses programas desempenharem um papel diferente, quando as ideias sobre o currículo estiverem mais estabilizadas e os programas desempenharem o papel de um guia orientador, sendo vistos de uma maneira menos prescrita e menos

normativa do que são hoje.

A curto prazo, sobretudo no 3º ciclo, é preciso realmente modificar alguns programas porque algumas disciplinas e áreas disciplinares têm um enquadramento diferente ao longo dos 3 anos. E isto abrange sobretudo: as disciplinas da área das ciências, em que nós gostaríamos que os programas fossem organizados e depois geridos de uma maneira muito mais articulada e conjunta entre as Ciências Naturais e Físico-Químicas; a Geografia, uma vez que é uma disciplina para gerir da maneira que a escola entender ao longo do 3º ciclo e não com um "buraco" no 8º ano; e as da Educação Artística e Tecnológica, uma vez que têm um enquadramento diferente também na estrutura curricular do 3º ciclo. A ideia nestas áreas é fazer-se uma abertura, embora moderada, do leque de opções no domínio da educação artística que os alunos têm e, portanto, admitir que para além da Educação Visual, a Educação Artística deve incluir como oferta das escolas outras componentes, nomeadamente, a música, o teatro, a dança e eventualmente outras.

EM: Nesta reorganização curricular estão previstos dois blocos de 90 minutos para a Matemática do 3º ciclo. Isto corresponde a uma diminuição da carga horária. Como se justifica?

PA: A minha resposta a isso é a seguinte: eu sou professor de Matemática e se estivesse a leccionar numa escola no 2º ou 3º ciclo, estaria neste momento bastante entusiasmado com a ideia de em alguma ou em algumas das minhas turmas ser um dos professores que tinha, para além da disciplina de Matemática nessa turma, a responsabilidade do Estudo Acompanhado e da Área de Projecto. Porque penso que um professor de Matemática é, em primeiro lugar, e neste caso, um professor do Ensino Básico. E por outro lado porque a Matemática pode e deve, naturalmente, ter uma presença importante em áreas como estas em que os alunos realizam projectos, fazem consultas, aprendem a estudar. Portanto, a presença da Matemática, quanto a mim, é uma presença que tem que ultrapassar largamente os ditos dois blocos de 90 minutos por semana e, neste sentido, se isso for feito, não haverá nenhuma redução da carga horária. Mesmo só os dois blocos de 90 minutos por semana correspondem, digamos, a uma redução no horário de 20 minutos,

mas temos que pensar que 4 aulas de 50 minutos têm toques de entrada e de saída, e na maior parte dos casos acabam por ser de 40 ou 45 minutos. E se pensarmos ainda no tipo de trabalho que se pode fazer num período em que não há essas interrupções a meio, eu acho que na prática, só com esses 2 blocos de 90 minutos, a diferença é mínima.

EM: Estas mudanças representam um grande desafio para os professores...

PA: Eu julgo que estamos a trabalhar realmente com um paradigma diferente, também no que diz respeito ao papel do professor e à natureza da profissão do professor. Na visão tradicional de currículo e de desenvolvimento curricular, o professor é visto como uma "correia de transmissão" entre um programa, um currículo, um manual, etc. — que são

feitos em geral, alegadamente de maneira uniforme para todos os alunos — e o aluno, ou seja, o professor tem um papel de transmissor, de aplicador. Nós hoje acreditamos muito mais que o professor, embora tendo orientações curriculares e materiais a que tem que recorrer, como é evidente, antes de ser um aplicador, é uma pessoa que tem que tomar decisões, tem que fazer escolhas, tem que organizar as coisas. Portanto, o seu papel é muito mais ao nível da decisão e da organização, do que propriamente da execução rotineira. E esta mudança é uma mudança que, obviamente, não se faz de um dia para o outro.

Entrevista conduzida por Ana Vieira e Conceição Rodrigues

3º ciclo

		Carga horária semanal (x 90 min.) ^a			
		7º ano	8º ano	9º ano	Total ciclo
Educação para a cidadania	Componentes do currículo				
	Áreas curriculares disciplinares				
	Língua Portuguesa	2	2	2	6
	Línguas Estrangeiras LE 1 LE 2	3	2,5	2,5	8
	Ciências Humanas e Sociais História Geografia	2	2,5	2,5	7
	Matemática	2	2	2	6
	Ciências Físicas e Naturais Ciências Naturais Físico-Química	2	2	2,5	6,5
	Educação Artística Educação Visual Outra disciplina (oferta da escola) ^b	1 ^c 1 ^c	1 ^c 1 ^c	1,5 ^d	5,5
	Educação Tecnológica				
	Educação Física	1,5	1,5	1,5	4,5
Formação Pessoal e Social	Áreas Curriculares não disciplinares ^e	2,5	2,5	2,5	7,5
	Área de Projecto Estudo Acompanhado Formação Cívica				
	total	17	17	17	51
	a decidir pela escola	0,5	0,5	0,5	1,5
	Ed. Moral e Religiosa ^f	0,5	0,5	0,5	1,5
	Máximo global	18	18	18	54
Actividades de enriquecimento ^g					

^a como nota ^a do 2º ciclo

^b A escola deve oferecer outras disciplinas da área da Educação Artística (Educação Musical, Teatro, Dança, etc.)

^c Nos 7º e 8º anos, os alunos têm (i) Educação Visual ao longo do ano lectivo e (ii), numa organização quantitativa ao longo do ano, uma outra disciplina da área da Educação Artística e Educação Tecnológica

^d No 9º ano, os alunos escolhem livremente uma única disciplina, entre as ofertas da escola nos domínios artísticos e tecnológicos.

^e como nota ^a do 1º ciclo

^f Área de frequência facultativa

^g Actividade de carácter facultativo.

Quadro anexo à proposta de futuro Decreto-lei sobre o currículo do ensino básico, preparada pelo Ministério da Educação, referente ao 3º ciclo.